

“Dívida pública está sob controle”

Para Malan, a privatização é que vai mudar o resultado do jogo

Janes Rocha
de Brasília

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, deu um tom dramático à sua exposição durante a teleconferência sobre os três anos do Plano Real, quando falou da situação da Previdência e dos estados. Estes são dois dos quatro eixos que, segundo ele, formam a “dimensão do déficit público”. Os outros dois seriam o déficit das empresas públicas e do Executivo Federal.

Malan negou que o endividamento público esteja fora de controle ou que haja alguma ameaça no déficit em transações correntes. E disse que “o nome do jogo” na administração das contas está definido: “é privatização, por razões pragmáticas, ou seja, eficiência econômica e redução do déficit fiscal”.

Malan foi enfático ao afirmar que o sistema previdenciário brasileiro terá que ser mudado porque, do jeito que está, é economicamente “inviável”. Segundo o ministro, parte destas mudanças dependem das reformas constitucionais. Mas adiantou que algumas mudanças

devem ser feitas por lei ordinária, sem entrar em detalhes sobre quais seriam estas alterações.

O quadro financeiro dos estados também é grave. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, avaliou a difícil situação das unidades da federação como resultado da falta de percepção dos governadores e prefeitos sobre a estabilidade econômica. “Com inflação alta, os governos podiam dar aumentos generosos ao seu funcionalismo e contar

com a inflação para corroer aquele gasto. Podiam também retardar a liberação de verbas para obter ganhos com a corrosão dessa verba.” Com o Real, estes instrumentos perderam sua eficiência, explicou Parente.

Malan acrescentou que o crescimento vegetativo das folhas de salários dos estados e municípios, sem qualquer reajuste adicional, é de 2% ao mês, ou 27% ao ano. “Com inflação de mil por cento ao ano isso era

diluído na geléia geral. Agora é um grande problema que deve ser enfrentado”, concluiu o ministro.

Pedro Parente rejeitou a tese de que estes problemas tenham sido causados por insuficiência de recursos, dizendo que, na verdade, o Plano Real proporcionou um crescimento de 50% nas receitas dos estados

**Segundo Parente,
problema não é de
falta de recursos:
receitas dos estados
cresceram 50% nos
últimos três anos**

nos últimos três anos. E defendeu uma mudança de toda a filosofia da administração pública: “somente com o trabalho de ajuste fiscal, sem mudança na men-

talidade dos administradores e sem a privatização, não será possível obter soluções permanentes”.

Mesmo admitindo a gravidade da situação das contas públicas, Malan e Parente garantiram que a dívida provocada pelas contas deficitárias não é preocupante. A dívida em títulos corresponde hoje a 34% do Produto Interno Bruto (PIB) que, segundo Malan, não é um índice alto se comparado aos parâmetros internacionais.